RESENHA BIBLIOGRÁFICA E DE IDÉIAS

Esta seção de Resenha bibliográfica e de idéias, deste número de nossa revista, com a devida aprovação de seu diretor-geral, passou a denominar-se como acima se exara: não se limitará apenas a noticiar o recebimento de livros enviados, intercalando-lhes pequenos comentários, como vínhamos fazendo até então. Estendendo-lhe o título a resenha de "idéias", quisemos significar que incluiremos na órbita desta seção motivos intelectuais que estão despertando a curiosidade dos estudiosos da matéria social e política — o pacifismo, o bandoleirismo guerrilheiro, a disseminação dos laboratórios nucleares, a corrida armamentista, a rivalidade de falsas teses que por aí rondam e rosnam contra a tranqüilidade dos povos.

Serão sempre notas rápidas, abertas ao opinar de leitores que porventura se dignem contestá-las, desde que devidamente identificados seus autores. Pelas nossas notas, caberá a responsabilidade ao diretor da Redação, que vem coordenando estas resenhas desde o início.

D.M.

Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, v. 152, abr./jun. 1983.

Fundada em 1945 sob a orientação do renomado e saudoso jurista Carlos Medeiros da Silva, a *Revista de Direito Administrativo* foi, desde seus primeiros números, reconhecida pelos especialistas como a expressão doutrinária e de prática forense de mais aceitação no Brasil. Seu atual diretor Caio Tácito e os redatores A. Gonçalves de Oliveira e Victor Nunes Leal, que já prestavam a esse órgão sua inestimável assistência técnica e científica, asseguram até hoje o alto nível de prestígio de que desfruta no país.

Na seção doutrinária do presente número encontramos o estudo de Celso Antonio Bandeira de Mello — controle judicial dos atos administrativos — onde o autor explica a admissibilidade das postulações em juízo e a extensão da investigação judicial dos atos administrativos. A seguir, o Prof. Eurico de Andrade Azevedo, no ensaio A exaustão da via administrativa como condição de ação, examina o conceito e as condições da ação, o interesse de agir e a inafastabilidade do controle jurisdicional, suas delimitações oriundas da legislação positiva, a hermenêutica jurisprudencial.

Outro ensaio, do Prof. João Sento Sé, da Universidade Federal da Bahia, versa matéria de grande interesse forense pertinente a desapropriações anômalas. Depois de um exame comparativo do que ocorre na Itália, França, Suíça, Colômbia, Uruguai e Argentina, o autor estuda as anomalias de desapropriação no direito brasileiro, a desapropriação de fato e a desapropriação material, as

formas larvárias de agressão ao direito de propriedade, que criam para o poder público o indeclinável dever de indenizar.

O grande material de extrema utilidade para os advogados e magistrados em geral, porém, está na extensa parte da revista que segue à seção doutrinária: pareceres, relatórios, acórdãos, votos, que constituem o direito vivo, fluindo dos tribunais — a fonte nutriz do nosso pensamento jurídico.

Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, v. 153, jul./set. 1983.

Cada novo número desta revista reafirma-lhe o conceito, ampliando-lhe a área dos leitores interessados nos problemas constitucionais e administrativos, que são o núcleo doutrinário de suas páginas.

O volume 153 abre com três ensaios de professores de alto renome no nosso meio universitário e forense.

O processo legislativo dos estados e municípios, do Prof. Manoel Gonçalves Ferreira Filho, examina a configuração do estado brasileiro, o processo legislativo estadual e municipal, a elaboração de emenda constitucional, de lei complementar, de lei ordinária, da lei delegada e de lei orçamentária; a conclusão do estudo, de acordo com a interpretação do Supremo Tribunal Federal, é da identidade do processo legislativo dos estados e municípios com o processo federal — a recepção automática do direito federal por aqueles dois. O Brasil, consoante a tese de Buzaid, vive um federalismo de integração — resume o eminente constitucionalista.

O estudo sobre a Responsabilidade do Estado por ato legislativo é de autoria de outro ilustre jurista, o Prof. J. Cretella Júnior.

Responsabilidade jurídica — considera o ensaísta — é o aspecto, no campo do direito, da responsabilidade oriunda de ação ou omissão do agente por ter contrariado norma vigente no grupo. No campo jurídico, desdobram-se modalidades da categoria referida, sendo necessário a recomposição do equilíbrio alterado, que venha afetar pessoa ou bens de outrem. Numerosos aspectos são examinados, com ilustrações jurisprudenciais de grande interesse.

A seguir, a parte da jurisprudência que a revista inclui — acórdãos, pareceres, relatórios, votos, extratos de atas — torna altamente valioso o presente número aos estudiosos e aos militantes do foro em todos os graus de sua participação.

Estudios Internacionales, Universidad de Chile, *16*(64), oct./dic. 1983.

Entre numerosos artigos sobre temas econômicos assinados por autores de renome internacional como Raul Prebisch, Victor Urquidi, R. Devlin, P. Nogueira Batista, Aldo Ferrer, Rosário Green, debatendo as angústias que o mecanismo financeiro internacional promove ativa e lucrativamente pelas áreas devedoras da parte infeliz do mundo, encontramos um ensaio do grande economista brasileiro Celso Furtado, versando sobre a transnacionalização das grandes empresas norte-americanas.

Resume o autor: a Inglaterra outrora pagava suas importações com os ingressos que recolhia no exterior; hoje, as empresas dos EUA se instalam no exterior e exportam para a mãe pátria.

Celso Furtado mostra as conseqüências que desequilibraram o sistema, cuja exploração, que é a essência do regime ocidental democrático, teve de buscar novas bases. Tudo isso recrudesceu a beligerância nas periferias hemisféricas do sistema. Decerto nossa resenha é lacunosa — mas nosso intuito é instigar a curiosidade do leitor e levá-lo, pela mão honesta de um mestre, a tentar compreender a alta malandragem da finança mundial.

O ritmo das inversões internas da suprema potência econômica afetou a produtividade interna e a competitividade nos mercados externos trouxe instabilidades espalhadas nas áreas dos subdesenvolvidos, cuja autonomia de decisão política é irrisória. Basta lançar a vista pelo espetáculo das reuniões de órgãos internacionais de crédito.

Se a preocupação dos teóricos se voltar para os problemas de corrigir as dissimetrias, o Japão, com seu dinamismo perspicaz, será o primeiro a padecer as medidas das tentativas de recuperação. O ensaio de Celso Furtado é profético. Não vamos repetir aqui as razões que o motivam. Nas terapias a curto prazo do FMI se refugia a estratégia do banqueirismo que está serenamente estrangulando as nações deserdadas. Serenamente: *quousque tandem*?

O tremendo acúmulo das dívidas é um acumular de pólvora incrível.

O controle financeiro oriundo de uma direção internacional se subdivide entre comanditários de um empresariado mundial: "os bancos centrais deixam de ter sentido e há que limitar-se e observar a trajetória das taxas de juros. Não há política de redesconto nem de reservas que não seja induzir a depressão da atividade produtiva interna".

Pergunta-se: como organizar instituições democráticas no seio de uma economia "pluralista" — eufemismo de *esfacelada* — se o centro primordial do poder se esvazia?

Guerra nuclear, guerra convencional e guerras periféricas. In: *Política e Estratégia*, out./dez. 1983.

Num artigo do Prof. Oliveira S. Ferreira encontram-se algumas opiniões sagazes que merecem comentários. Pretendemos, nesta rápida resenha, apenas destacá-las.

Façamo-lo por nossas próprias palavras (parcialmente).

Clausewitz deu seriedade aos estudos bélicos na sua obra fundamental *Vom Kriege*. Depois das possibilidades da guerra nuclear, evidenciaram-se demais os propósitos dos grandes monopólios financeiros mundiais e a fisionomia mercantil dominou tudo.

O conflito no Vietnã marcou o declínio dos EUA como potência, deixando-lhe o papel de "guarda-chuva nuclear protetor" (p. 141).

A doutrina de Truman definia a luta ideológica acima da cobiça política. Assistimos à inversão desses dois pólos e tormentosas faixas de guerrilhas hoje exprimem tentativas de remarcações geopolíticas.

As manobras mais importantes de ordem bélica estão nas periferias guerrilheiras e guerreiras. Os efeitos são um processo lento de enfraquecimento, por parte das populações civis de todos os países do mundo, na confiança de que pretendam as potências liderantes caminhar no sentido da paz. Caminham,

enquanto puderem, no sentido do lucro e da dominação política. Esta, a mais perniciosa convicção que ameaça o futuro da humanidade.

Ambos os hemisférios crêem na retaliação atômica — é a conseqüência dessas premissas.

Scala, República Federal da Alemanha, n. 1/2, 1984. Edição luso-brasileira.

Este comentário e resenha deve estender-se aos demais exemplares publicados no que se refere ao critério, à seleção das gravuras, à excelência das fotografias e respectiva impressão. Trata-se de uma revista primorosamente editada.

No que toca à parte ideológica e política, evidentemente abre-se margem aos debates que interessam os estudiosos de ciências sociais do mundo inteiro.

Parece-nos que a interrogação fundamental em revistas dessa natureza se relaciona com o problema da paz internacional, hoje mais do que nunca. E quem diz "paz" lembra logo a figura admirável de João Paulo II, da amplitude da inquietação e das áreas de massacre no Oriente Médio e das promessas das guerras nucleares que Reagan e Chernenko acalentam no seio de seus estados-maiores.

Aos que pensam e escrevem pensando na humanidade e não nos interesses dos regimes pluralistas ou totalitários, a tomada de uma posição acima da preparação inspirada nos grandes interesses do empresariado afônico, a proclamação da *verdade humana* já é agora uma tarefa heróica, humildemente heróica.

Fala-se no "salário do medo". É com esse salário que os técnicos da bomba compram a coragem que usam para continuar a serviço dos gigantescos órgãos que repartiram o mundo nos dois hemisférios confrontantes.

Na revista *Scala* há paisagens naturais e urbanas que são refúgios de paz e de estudo, nesgas de céus tranqüilos onde respira o que há de mais alto da espiritualidade humana. Quão próximas, entretanto, das zonas de carnificina da Ásia, do Caribe, de outras áreas em preparo, onde se exercitam rivalidades endêmicas e se organizam futuros choques!

As páginas de *Scala* sugerem muitos pensamentos, sobre os quais volveremos insistentemente nesta seção, cuja idéia matriz, desde que seu título foi complementado, será *in terra pax hominibus bonae voluntatis.*

Política e Estratégia, Centro de Estudos Estratégicos, *1*(1), out./dez. 1983. *Separata de Convivium,* Sociedade Brasileira de Cultura.

O ensaio do Prof. Ray S. Cline, Avaliação do poder mundial, encontrou quem lhe desse vigorosa contestação no artigo do Prof. Jarbas Medeiros: o Prof. Cline fala como o estudioso norte-americano que se enclausurou na ideologia que manipula as categorias da geopolítica e de um pseudopositivismo *à outrance,* bem adequados às cobiças das superpotências.

"A geopolítica — ensina o Prof. Jarbas — é uma consolidação de teorias que estiveram em grande voga no último quartel do século XIX e primeiras décadas do nosso século, teorias estas que deram cobertura e aval à expansão imperialista ocidental naqueles anos, quando o planeta foi mais uma vez reconquistado, repartido e colonizado pelas potências capitalistas hegemônicas."

Na visão parcial do Prof. Cline, o mundo "livre" se vale da geopolítica, o mundo totalitário do marxismo; e vive gemebundo e explorado entre as duas potências que querem "protegê-lo".

Para qualquer cientista que não se tenha idiotizado (hoje se costuma falar, nesse transe, de "maniqueísmo"), nada mais parvo que o emprego dessa nomenclatura que supre a análise das modalidades, coisa sempre simpática às catequeses ideológicas.

Não vamos repetir o excelente ensaio do professor brasileiro, que descasca, com probidade, o do professor norte-americano. Este reflete o atual "academicismo universitário norte-americano comprometido com as estruturas do poder norte-americano, tão bem designadas sob o rótulo de complexo industrial militar". Portanto, essa visão do Prof. Cline nada tem de "aberta ou pluralista" — como proclama na sua cátedra de politectônica na Georgetown University. É uma visão provinciana, que se estreita num doutrinarismo de campanário tão liberticida quanto a de seus adversários marxistas. O que muda são os metais das correntes — isto é, correntes financeiras ou correntes políticas, de acordo com a natureza de cada imperialismo.

Com a invenção diabólica da bomba nuclear, os dois mundos vivem covardemente assustando-se, nesse simulacro de cada qual querer a paz, isto é, a sua paz e a caveira do adversário nas encruzilhadas da história.

O debate dessas idéias se alonga pelos artigos de professores do mais alto nível no meio brasileiro. Apenas vamos nomeá-los nesta resenha, cercando-os, indistintamente, de nossa admiração e aconselhando o leitor a procurar este número da revista para lê-los atentamente: Ubiratan de Macedo, Hélio Cabral, Marotta Rangel, L. Tambs, Therezinha Castro, Alexandre Boer, E. Lima Figueiredo, S. Ferreira, C. E. Martins, Deodécio Siqueira, L. Ney Menezes, Ibsen G. Camara, C. Meira Matos, Carlos Puig e mais outros, no mesmo diapasão erudito, todos na mesma sintonia e no mesmo sentimento de verdade e de justiça social, que nos apraz aplaudir.

Boletim de Sumários de Revistas de Economia, Madri, primeiro semestre 1983.

Este boletim abrange informações das revistas da América Latina, Portugal, Espanha e outras áreas durante o primeiro semestre de 1983.

Entre os editoriais, devem-se assinalar, como leitura indispensável: o ensaio de Arcalans C. Araneda, Alternativas populares en América Latina; Réquiem para uma integração, de Olívia Mora Campos; O começo do fim, de Kurt Dreckmann Lapor.

Nas informações da revista *América Indígena*, cumpre registrar o estudo de Brigitte B. Limeira, O mercado e o Estado do México pré-hispânico, além de oportunas referências à bibliografia sobre mercados e comércio.

Nos *Cadernos do Ceas*, sob o título A internacionalização e Amazonas, deve o leitor deter-se mais patrioticamente no programa que versa problema de tão alta significação para nosso país. Relembre-se o livro-advertência do Prof. A. C. Ferreira Reis, *A Amazônia e a cobiça internacional*, cuja importância é crescente nessa hora de tantos trustes rondando e rosnando à volta das nossas riquezas naturais enquanto se organizam cada vez mais os órgãos partidários em torno de problemas de dominação eleitoral.

Como se trata de um catálogo de revistas sumariando-lhes os temas, anotamos os títulos dos temas, supondo que o miolo corresponda às provocações anuncia-

das nas epígrafes, como, por exemplo, O surgimento de uma nova ideologia democrática na América Latina, de Angel Flitisch, ou Organizando a democracia, de Lawrence Goldwin, com que sonham insistentemente os sonhadores desde Abraham Lincoln até Jânio Quadros.

Não é possível dar uma idéia completa dessa enciclopédia de altos propósitos de tantos temas em tantas revistas de erudição e propósitos políticos e sociais. Agradecemos essa rajada doutrinária que veio arejar de otimismo nosso pensamento político — e encarecemos sua presença nas estantes universitárias, levando os jovens a pensar coisas mais sérias do que estão pensando tantos velhos estudiosos.

Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 38(1), jan. 1984.

Eis as diretrizes que o orçamento monetário de 1984 se propõe obedecer:

a) contenção da base monetária e dos meios de pagamentos ao nível de 50% de crescimento nominal até dezembro;

b) transferência de recursos fiscais da ordem de Cr$ 5,8 trilhões para suprimento das autoridades respectivas;

c) resgate líquido de títulos da dívida pública federal, *na medida do possível*;

d) saldo global de empréstimos do Banco do Brasil com crescimento limitado a 57%;

e) redução generalizada de subsídios (aqui entram diversificações variadas) etc.

Adverte-se que é adotada "posição cautelosa" com o FMI quanto às metas mensais do primeiro trimestre do ano. *Ignoramus et ignorabimus* — e respeitamos, passando ao largo. Ouçamos esta reflexão sibilina: "O próprio *calendário* (grifo dos especialistas) de execução da política de estabilização não deixa de trazer também grandes implicações sobre os fluxos econômicos que afetam as empresas e os indivíduos."

O FMI dispõe, entretanto, de um saldo, mas, infelizmente, é um "desconfortável saldo de ceticismo junto à comunidade dos credores externos", o que decerto nos deixa muito contristados.

Para o leigo (como este resenhador abelhudo), o déficit público deveria ser controlado nas próprias fontes, pois parece que esse papel de *rolar compromissos* a todo transe é estratégia de financiamentos que se engrenam numa política interminável do processo inflacionário já fora de controle da liderança financeira.

A verdade implacável que está na cara é a depreciação da moeda em todo setor dos bens comerciáveis como fator primordial da população que come, trafega e veste por todo este Brasil *desrendado* — isto é, que não tem rendas para sobreviver.

Esta resenha não podia deixar de refleir pessimismo, malgrado a força que fazemos para acreditar nos bravos economistas, cujo talento reconhecemos e nem por sonho teríamos a ousadia de contestar. Faltam-nos dados, experiência, estudo contumaz e, sobretudo, aquela salutar erudição da Dr.ª Maria da Conceição Tavares, e do Dr. Celso Furtado, a cuja insolência didática batemos palmas.

Revista do IRB, Instituto de Resseguros do Brasil, set./dez. 1983.

Não há dúvida de que se trata de uma revista criteriosamente feita e que traz grandes esclarecimentos ao público. Para comprovar o dito, vem, neste número, além de substanciais informações pertinentes à matéria securitária, um exame do projeto de lei sobre a instituição obrigatória para cobertura do "erro médico", de autoria dos Drs. Iranyr Marsicano Peixoto e Sérgio Rodrigues de Oliveira.

Em sua leitura, salta-nos logo a pergunta: por que não armar a vítima de ação judicial adequada e rápida para sua defesa?

Sabe-se dos artigos existentes nos Códigos Civil e Penal de remédios jurídicos destinados a acudir aos erros cometidos (arts. 159, 1.525 e 1.545 do Código Civil; arts. 15, 44, 121, 133 e 135 do Código Penal; arts. 45 e 46 do Código de Ética Médica). Mas, como advertem os autores do projeto, a apuração de responsabilidade encontra sérios obstáculos para caracterização do erro oriundo de imprudência ou imperícia, e variados aspectos que se configuram na conjunção de causas nos casos concretos.

A pergunta merece meditação e a leitura do estudo ora publicado na revista, pela competência de seus especialistas, reclama toda atenção do mundo médico. Que é erro médico?

Ainda outros estudos colocam a publicação à altura dos especialistas. Como se lê na nota inicial, "a cada dia que passa novos riscos se inserem no grande risco que é viver". As ameaças despontam a cada dobrar da esquina — oferecendo em cada exemplar humano mais uma possibilidade de erro na azáfama dos hospitais. Estatisticamente, os erros crescem e a importância social da pergunta se agrava.

O Correio da Unesco. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, *12*(1), jan. 1984.

Se a janela da Unesco, através dessa fresta de publicidade nacional, está realmente aberta sobre o mundo, coitado do mundo. Ainda, porventura, há necessidade de convencer alguém de que o racismo, o colonialismo, as armas nucleares, a cobiça das classes possidentes, esse "democratismo" hipócrita que serve de cobertura ao conluio da finança internacional, denunciados até por Sua Santidade, o Papa João Paulo II — ainda há, repetimos, necessidade de proclamar a putrefação de tantos interesses na atmosfera moral do mundo dito civilizado?

Há. *Clama et ne cesses.* Não parar de gritar — eis o dever. Morrer gritando consola. Até que a covardia salvadora abra os olhos dos donatários dos destinos humanos e lhes faça compreender que este não é um apocalipse lucrativo.

Tal o papel de uma revista, como esta da Unesco, publicada em 27 idiomas, como 27 trombetas à volta dos muros de Jericó. Naquele tempo, o Deus de Isaac, de Abraão e de Jacó emprestava força aos sons — e as trombetas aluíram os muros. Quem sabe?

Nessas páginas rumorosas, blateram-se as desigualdades humanas, o *apartheid,* o racismo, o contra-ataque cultural, o culto da hostilidade ideológica, os crimes que se condenam alto e açulam nos bastidores. *Quousque tandem?* Leiam a revista, que é da Unesco, sob patrocínio da Fundação Getulio Vargas, por intermédio do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura.

Forum Educacional — número especial sobre salário-educação, Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 7(4), out./dez. 1983.

A leitura do ensaio inicial, escrito por Luiz Felipe Meira de Castro, professor no IESAE, mostra-nos, com documentada argumentação, como o salário-educação exprimiu a transição do sistema de financiamento cooperativo da educação primária para outro mais centralizado (Lei n.º 4.440/64), induzindo os empresários ao cumprimento do dispositivo constitucional e aplainando certas relutâncias. Era uma técnica política para transferência ao poder público do montante de aplicações que as empresas deveriam contribuir à manutenção do ensino fundamental (art. 118, III, da Constituição de 1946; art. 178 da Constituição de 1967; Emenda Constitucional n.º 1/69; arts. 47 e 48 da Lei n.º 5.692/71).

É um estudo criterioso e objetivo, que dá ao leitor uma idéia clara da evolução do financiamento da educação básica, média e superior entre nós. A novidade, na fase do salário-educação, como aliás acentua o autor, é que, nesse processo de captação e vinculação de recursos, pretende-se envolver a responsabilidade dos educadores, fazendo-os participar simultaneamente de seus riscos e despertando-lhes a consciência da debilidade financeira dos estados em face da extensão crescente de seus gastos.

Aponta-se, por alto, nesta nota, a importância do ensaio, que está repassado de documentação cuidadosa e pertinente, a exigir atenção dos estudiosos interessados no magno problema. A revista obedece à orientação do ex-reitor Raymundo Moniz de Aragão, nome que, de há muito, se impôs à consideração dos especialistas nos nossos problemas pedagógicos universitários.

Forum Educacional, Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, *8*(1), jan./mar. 1984.

Sob a direção do nosso eminente colega Raymundo Moniz de Aragão está circulando o novo número de *Forum Educacional,* do primeiro trimestre deste ano. Bastaria a menção de seu nome e sua responsabilidade na seleção dos ensaios para aquilatar-se o valor da revista. Mas, dentre as valiosas contribuições que constituem o presente número, queremos destacar o ensaio do Prof. Paulo de Almeida Campos, da Universidade Federal Fluminense, que nos evoca a figura do grande mestre brasileiro Fernando de Azevedo.

Era natural que, dentre as obras do insigne professor, que vai do latim (*Jardim de Salusto, No tempo de Petrônio,* um *Dicionário latino-português*) a obras literárias e crítica social, se detivesse, com particular atenção, na excelente *Sociologia educacional,* que merece simpática acolhida por parte de sociólogos internacionais de alto nível.

Foi, na verdade, o expoente representativo da reforma da educação, ao lado de muitos outros nomes que, na década de 30, abriram novos quadros ao processo do ensino secundário e superior no país.

Seria longo tentar uma vista d'olhos do conjunto. Mas devemos assinalar aqui que o Prof. Paulo de Almeida Campos faz um breve e feliz apanhado da ação intelectual do grande educador.

Orbis, A Journal of World Affairs, International Relations, University of Pennsylvania, *27*(3), 1983.

Embora o Prof. Peter A. Clausen, fazendo o retrospecto da compilação dos ensaios do número acima registrado desta revista, que é a resenha do fórum sobre a Igreja e a Política Internacional em nível universitário, nos afirme algo sobre a "não-proliferação das ilusões" das armas nucleares no efeito de pacificação dos povos, as entrelinhas dos ensaios publicados não nos levam a tais convicções pacifistas.

Sempre julgamos que a atitude do espírito religioso, que as igrejas de todos os matizes deviam encarnar, cumpria ser veemente na sua condenação da guerra, repelindo, frontalmente, a advocacia mendaz de subterfúgios, que falam de "átomos para a paz" e quejandas estratégias mistificadoras do belicismo. Em cada conflito que irrompe na superfície da Terra, cada participante da conflagração invoca sua "moral" e seu "direito" e as respectivas igrejas e seus bispos as suas razões de pedir a Deus o esmagamento do adversário.

"Qualquer formulação de doutrina e estratégia nuclear — escreve o ensaísta inicial da revista — implica uma consideração de conseqüência moral." Sobre isso não temos dúvida. Apenas aos grupos empenhados no conflito os interesses do armamentismo dificultam ver os lineamentos morais do problema e para solvê-lo armam outra equação, que só envolve "dados" estranhos ao bem-estar dos povos em massacre.

Keith B. Payne, comentando a Carta pastoral sobre o desafio da paz: a promessa de Deus e nossa resposta, na Conferência Nacional dos Bispos Católicos (1983, NCCB), argúi a ambigüidade, que torna inconsistentes e desanimadores os efeitos colimados. O que diz respeito do *jus ad bellum,* um imposto (*assessment*) proporcional ao bem a ser realizado pela tomada de armas autodefensivas, já é barganha imoral com o espírito guerreiro. O princípio proibitivo de ações destrutivas não justificadas por necessidades militares (*jus ad bello*) — a desproporcionalidade moral — está no mesmo nível de afronta aos princípios éticos — *and the massive civilian destruction that would be likely a result from any nuclear exchange...*

Detenhamo-nos neste ensaio, encarecendo, porém, ao leitor o grande valor das colaborações que enriquecem o debate de *Orbis,* a independência ímpar das posições ideológicas assumidas pelos professores que ilustram esse excelente número de *Journal of World Affairs.*

Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, *27*(103), ene./mar. 1983.

Todo este número da revista trata dos problemas étnicos da América Latina. É um conjunto de ensaios originais, por estudiosos que estão diretamente aplicados ao exame das realidades sociais e políticas de culturas que agonizam nas roscas da civilização envolvente. E o que comove o leitor, mesmo não especializado nessas leituras, é o grau de sinceridade de alguns estudos.

Por exemplo, o depoimento da Prof.ª Eva Salvador Hernandez, licenciada em integração social, de Oaxaca, México, que sentiu, na pele de indígena, os golpes e a asfixia do racismo que lhe bloqueou a ascensão no magistério.

O Instituto Nacional Indigenista, que promove a cultura bilíngüe (espanhol e línguas nativas), é um instrumento equívoco porque favorece a hegemonia

progressiva do idioma de dominação. Está na lógica dos fatos, não há dúvida. Apenas tivemos as máscaras. O sistema digestivo que caracteriza a política mundial não permite muitas ilusões depois que todos sabemos, graças aos meios de informação eletrônicos, das intenções e misérias que se passam em todas as nesgas do planeta em que repousam as riquezas motoras do processo civilizatório.

Em quase todos os estudos, o capitalismo nos aparece na sua face antiecológica e antiindigenista. A própria organização social tão próxima do clã exprime resistência aos contratualismos das formas de trabalho do capitalismo. Assim, desde os primeiros contatos havidos no passado, que se manifestou a pressão desagregante dos estilos de vida das comunidades indígenas.

A desagregação dos laços sociais, que as estruturam, é obstáculo à sua transformação individualista nas matrizes de "força de trabalho" necessárias ao desenvolvimento do capitalismo. *Ceci tuera cela* — diz implacavelmente a história. Mas é preciso *morrer sobrevivendo* — responde a vanguarda de novas formas civilizadas. É o pensamento que acode ao ler o ensaio de Victor Manuel Toledo — Ecología e indianidade; dos frentes de resistencia al desarrollo del capitalismo en México. Ensaio magnífico, que, ao lado de Educación y realidad social indígena, representa lúcidas interpretações do processo histórico que se verifica nas áreas mais perturbadas da América Latina.

Ao deparar, nas páginas 97 e 98, Algunas reflexiones sobre el primer seminario de educación bilingüe bicultural entre los mazatecos (com a tradução a seguir, felizmente), lemos palavras sensatas e verídicas sobre o aprendizado do idioma castelhano como instrumento para o conhecimento de outras culturas e outros sentimentos, mas sem esquecer que o fundamental é a recuperação da própria dignidade de suas origens étnicas e clânicas.

Foi então que o resenhador desta revista se recordou de uma visita à Guatemala, por volta de 1959, quando penetrou na sala da escola rural. Uma das mães presentes, referindo-se à política adotada, queixou-se: "A gente manda os filhos para a escola para que aprendam o espanhol e se empreguem. Pois estão ensinando a *língua* que eles falam em casa!"

Esta frase de Carlos Guzmán Bockler é lapidar: "A violência de hoje não é mais que a prolongação da de ontem, sem solução de continuidade. A violência colonial é, pois, o eixo sobre o qual gira, há cinco séculos, a totalidade da vida coletiva da Guatemala." Se alongarmos o olhar pelo Caribe, a frase inflama-se e estica a mesma verdade que sempre ulcerou a consciência desses povos mestiçados hispanófonos... Em resumo, um grande número este da *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales.*

Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, *27*(104/105), abr./sept. 1983.

Embora atrasados, chegam-nos às mãos os números acima registrados da *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales,* da gloriosa Universidad Nacional Autónoma de México, que visitamos no ano de 1959, como adido cultural na regência da cátedra de problemas brasileiros. Era então embaixador do Brasil o insigne diplomata Thompson Flores, que concedeu ao diretor deste conceituado órgão de estudos latino-americanos, Lúcio Mendietta y Nunes, a medalha

especial do Itamarati, por seu valor excepcional de sociólogo e pelos serviços de aproximação cultural com os intelectuais brasileiros.

Dito isto, resumimos quase tudo, que é muito pela significação de estímulo e amizade por parte da grande nação asteca.

Noticiamos agora o penúltimo exemplar recebido, encarecendo a alta valia dos ensaios que o compõem. Neste ensejo, porém, queremos anotar algumas impressões que nos são gratas, referentes à estada de quase um ano, quando tivemos a honra de participar, em 1959, do Congresso de Sociologia, em México, promovido pelo Prof. Mendietta y Nunes, na cidade de Zacatecas. A impressão que dominou nosso espírito, naquele conclave memorável, a que acorreram representantes dos EUA, Colômbia, Venezuela, Argentina, Chile, e vários países europeus, foi a do alto nível da intelectualidade mexicana. Aliás, a superioridade das pesquisas e publicações sociológicas já era bem conhecida no nosso país através da *Revista Mexicana de Sociologia.*

Sempre admiramos, doutrinariamente, a larga independência da intelectualidade asteca, sobranceira às solicitações das catequeses ideológicas no estudo dos problemas internacionais. Quando governos das repúblicas latino-americanas, zelosos de qualquer ideologia ou apenas por efeito de inspirações oligárquicas, davam caça a escritores mais desobedientes ao seu comando, era ao México que eles acorriam para escapar às perseguições. Lembro-me que, ainda adolescente, li esse grito de Moesia Rolim saudando Lazaro Cardenas, lá do Nordeste, no jornal de Matos Ibiapina: "México sedento, que te rebelas contra os deuses, contra os sacerdotes e contra os césares!" A visão vargasviliana deformava-nos salutarmente a compreensão da história.

Deparo, neste número, no ensaio do Prof. Normar Birnbaum, catedrático da Universidade de Georgetown e redator de *The Nation,* com uma dessas frases aforísticas sobre o continente, embora tenha um endereço particular. É a seguinte:

"Aqueles que deploram as conseqüências da supremacia do mercantilismo demonstraram pouca capacidade para atacá-lo diretamente e nos deixaram o pior dos mundos. *Um setor privado ladravaz e um setor público incompetente, atuando individual e conjuntamente, nos aproximaram consideravelmente para a beira do abismo."*

É nessa "beira de abismo" que os países hispano e lusófonos têm dançado até hoje.

A grande civilização norte-americana é apenas uma civilização de negócios. Se enfraquece sua participação nos mercados mundiais, de cuja exploração vive, seus abalos internos repercutem, através de múltiplas formas de interdependências coloniais, nos povos do planeta. Em cada país se organizou, mediante a brigada de técnicos nativos, a linha financeira mais avançada, que é periferia sensível de uma semi-soberania — se é possível o hibridismo do conceito.

Resumindo, o que nos oferece este número da grande revista em resenha é um repertório de ensaios escritos por especialistas de alto valor, que primam sobretudo pela independência de seus julgamentos científicos.

Girão, Raimundo. *A abolição no Ceará.* 2. ed. 1984.

Sob esse título, o ilustre historiador Raimundo Girão publicou em 1956, um dos melhores livros sobre o abolicionismo no Nordeste — e já é a segunda vez

que se me oferece ensejo de saudar a obra. A data da emancipação cearense, antecipando a da Princesa Isabel, constitui um dos florões que orgulham os maiores cooperadores na conquista do Acre — e não vou rememorar neste Conselho os motivos de civismo dos que nasceram naquele trecho do Brasil.

Nem pretendo relatar episódios muito conhecidos desde a escola primária cearense, quando ouvimos historiar o nascimento do Centro Abolicionista 25 de Dezembro, os nomes de João Lopes, Júlio Cesar da Fonseca, Meton de Alencar, Isaac do Amaral, Joaquim Catunda, Guilherme Studart, Teodorico da Costa, muitos outros sumariados na obra de Girão. Nos mesmos passos vinha a "Libertadora", porém despreocupada do caminho legal daqueles que põem os ideais no futuro cômodo, de modo que se realizem na sossegada oportunidade de seus egoísmos.

No interior formaram-se clubes redentores — e seria atraiçoar a intenção destas palavras que prometi breves. Mas fiz a referência aos municípios sertanejos apenas para ter o pretexto de contar-lhes a réplica que dei ao brasilianista ianque que andou remexendo nuns arquivos do Icó, de onde sacou uns contratos de vendas de escravos e pretendeu negar, com tais documentos em punho, o valor da data de 25 de março de 1884.

Quem reler, na hemeroteca do Instituto do Ceará, o que descreveram os jornais daquele dia sente, como se participasse, a unanimidade da celebração profunda ressoando da alma coletiva — e da qual as tristes e inócuas páginas desenterradas pelo brasilianista nenhuma visibilidade sociológica oferecem na perspectiva dos fatos.

Aproveitei o ensejo, lembrado pela cronologia mensal que se distribui neste colegiado, para trazer aos colegas a evocação de um momento que fez cintilar uma data de generosidade na resistência dos interesses que movem a história.

The Journal of Politics, Gainesville, University of Florida, *45*(1), Feb. 1983.

Dos ensaios internacionais publicados neste número tardiamente recebido, um é particularmente interessante a nossas considerações. Tem este título desagradável — Oposição, estratégia e sobrevivência no Brasil pretoriano — escrito pelo Prof. Dale Grane, da Mississipi State University.

O ensaísta, citando outros ensaístas do mesmo naipe, pretende demonstrar que o regime que pretendeu cortar o passo da república sindicalista que avançava à sombra do Presidente Goulart, era um "regime pretoriano" — e logo esclarece o que compreende pela expressão, citando que o governo do Presidente Figueiredo, que veio após quatro outros, é baseado num "plano de penhor da democratização" conhecido como *abertura* (*government-sponsored democratization plan*).

Nesse plano, eliminar-se-iam — diz o articulista — as medidas constitucionais que tinham o propósito de coibir a *transição para a democracia.* Na verdade, a interpretação feita por essa "democratização" seria um descarrilamento que o governo Castelo Branco procurou evitar e que só agora, passado mais de decênio, foi possível encarar com a serenidade do Presidente Figueiredo.

As notas que foram utilizadas pelo Sr. Crane, do *Journal of Politics,* são retiradas de Hirschman (Albert), em 1970, com pretensão a um modelo racional. É, todavia, uma falha no processo de conceitualização de um "pretorianismo" inteiramente anódino. O ato institucional que abriu o período mostrou, cla-

ramente, que a reforma era um momento jurigênico, como ocorria em toda daquele tipo transitivo para formas democráticas.

Não cabe nesta nota a caracterização do que o articulista procura definir de "regime misto" ou "pretoriano", deturpado por uma crítica que mistifica o assunto com invocações de autoritarismo e tensões fora de propósito científico.

The Journal of Politics, Gainesville, University of Florida, *45*(4), Nov. 1983.

Eis uma revista de alto nível destinada aos cursos superiores de economia e política, contendo artigos de grandes nomes do magistério norte-americano — Charles S. Buwock III, Cecil Eubank, H. D. Clark, John Odell, Paul Beck, John E. Jackson, Thimothy W. Luke, para citar alguns dos colaboradores.

Vários especialistas que escrevem neste número que nos foi enviado se preocuparam principalmente com a penetração ideológica nos partidos, com as crenças do público massificado, com as atitudes, através das urnas, dos candidatos e dos votantes, com a disciplina partidária e as estruturas liderantes, estudos desenvolvidos mediante certos esboços de investigação matemática somente ao alcance dos leitores mais pacientes.

A revista contém numerosos gráficos e diagramas pertinentes à matéria tratada. A análise teórica não perde a base na experiência política partidária do meio norte-americano e de seu sistema estruturado no *American way of life.*

Il Político, 48(3), set. 1983.

I

Traz este número um equilibrado ensaio do Sr. Paolo Ferrario, Sorel e la critica al marxismo, do Instituto de Filosofia da Universidade de Pavia, pretendendo o reexame do marxismo dissidente George Sorel.

Sabe-se que Sorel, começando marxista ortodoxo, aí por volta de 1897, logo após a morte de Engels e aparecido o terceiro volume de *O capital,* tornou-se um dissidente e crítico da obra de Marx. Para ele, a regeneração não seria mais só econômica, mas também moral e intelectual — e o problema da educação das massas ganha importância fundamental.

A celebridade de Sorel assenta no seu livro *Reflexions sur la violence.* Com essa obra participa do "debate revisionista" que lavra no seio da socialdemocracia. Rompe, em 1895, com o órgão doutrinário *Devenir Social,* depois com Lapargue e Deville (teóricos do Partido Operário Francês), alastram-se as discórdias entre interlocutores da Itália, França e Alemanha. No meio da algazarra, Croce pretende que o marxismo seria apenas uma "filosofia da história", negando-lhe validade científica. A ênfase dogmática e absolutista casa como uma luva no espírito de Lenin, que excomunga com furor os heterodoxos (Kautsky, Bernstein, Axerod, o marxismo legal russo etc.).

Sorel aponta o materialismo dialético como um fruto espúrio do hegelianismo. Acha que é lisonjeiro chamar o marxismo de científico e suas críticas não deixam de irritar os adversários.

O outro ensaio para o qual chamamos a atenção dos leitores é intitulado O projeto político de Simon Bolívar entre centralismo e federalismo, de Stefano G. Spoltore.

O estadista, malgrado o correr dos temops, ainda permanece o líder de estatura continental aos olhos dos latino-americanos. Quando se fala em pan-americanismo, por mais que certo espírito dissidente procure insinuar divergências, é a imagem do Libertador que dá certa harmonia política e ideológica aos povos latino-americanos.

"Homem de formação cultural européia, embebido de ideais do Iluminismo", soube ser o símbolo representativo dessas nações que tomaram as formas dos novos modelos políticos.

II

Nesta nota posterior queremos apenas fazer uma pequena nota crítica a respeito do ensaio do Sr. Paolo Ferrario intitulado Sorel e la critica al marxismo, que merece a atenção dos estudiosos das ciências sociais.

Diz o articulista, com razão, que Engels tinha "idéias gerais bastante vagas sobre os trabalhos da ciência moderna" — de seu tempo, acrescentemos nós. E os que se diziam marxistas, ainda mais, a começar pelos corifeus como Martov, Plekhanov, Lenin, do grupo da *Ispra,* Bernstein, Kautsky e dissidentes. "A expressão socialismo científico lisonjeava-os" — escreve Ferrario — e foi um florão que vaidosamente usaram para enfrentar as correntes pré-marxistas, que desconheciam a profundidade da análise de *O capital.*

Em 1899, Sorel publicava, na *Revue de Metaphysique et de Morale,* um ensaio em que acusava Engels de ter conquistado a admiração dos socialistas que não passavam de basbaques diante das conquistas físico-matemáticas contidas em Mach, Avenarius, Petzoldt, Boltzmann, Hertz e que prenunciavam a grande revolução einsteiniana e a nova cosmologia.

O influxo da *Maturdialektrk* pretendia superar, nos textos de Engels, a cosmovisão herdada da metafísica clássica, montada nas estruturas ontológicas do aristotelismo já avariadas pelo desenvolvimento das geometrias não-euclidianas. Não admira que Stalin, ignorância coroada nesses problemas, condenasse, em nome do partido, a teoria da relatividade como sabotagem da burguesia contra o materialismo histórico.

O tema é fecundíssimo — e nosso propósito, na sucinta advertência desta nota, é chamar a atenção dos nossos estudiosos para este ensaio do Sr. Paolo Ferrario, do Instituto de Filosofia da Universidade de Pavia.

Sumario Actual de Revistas, Madrid, Biblioteca Hispanica del Instituto de Cooperación Iberoamericano, ns. 35, 36 e 37, 1978 e 1979.

A utilidade, para o estudioso, dessa revista que sumaria tantas outras é indiscutível, porque põe ao alcance da mão as indicações para toda sorte de informações na área da cultura. Só podemos transmitir a idéia do valor desse órgão de publicidade insistindo para que o leitor procure consultá-la, pois só assim

poderá inteirar-se dos préstimos que ela poderia oferecer às suas atividades de pesquisador nesses domínios.

Cada página do *Sumário* traz o frontispício de uma revista objeto de informação, colaboradores, diretores, editores, comentaristas, debatedores, poetas, etnólogos, educadores, teólogos, ensaístas políticos etc. — cada número com mais de 200 páginas, recenseando, ou melhor, registrando outras tantas fontes informativas.

Não podíamos deixar de encarecer nesta resenha a alta valia do presente *Sumario* como instrumento de trabalho necessário nos variados setores dos estudos políticos, literários e sociais, editado pelo Instituto de Cooperación Iberoamericano, de Madri.

D. M.

O BELTRÃO MANDOU.

Mandou desburocratizar o país. Mandou economizar o papelório.
Leia e desburocratize, você também, as comunicações na sua empresa.

